

# A estratégia de desenvolvimento do governo brasileiro no período 2004–2011: reflexões à luz de uma educação emancipatória<sup>1</sup>

*Brazilian government development strategy in the period 2004-2011: reflections in the light of an emancipatory education*

---

**Fernando Sertã Meressi** <sertameressi@uol.com.br>

Analista de Planejamento e Orçamento. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

**Maria de Fátima Souza e Silva** <souesil@unb.br>

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

1 Este artigo foi publicado, na íntegra, nos Anais do I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES – CONINTER, realizado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói - RJ, entre 3 e 6 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.aninter.com.br>.

**Recebido** 05-jul-13 **Aceito** 15-jul-13

**Resumo** O Governo Brasileiro identificou na expansão do mercado de consumo de massa um dos pilares de sua estratégia de desenvolvimento para o período 2004-2011. Como resultado, constataram-se taxas mais elevadas de crescimento econômico, aquecimento do mercado de trabalho e redução nas taxas de pobreza e extrema pobreza e na desigualdade de renda. Entretanto, na segunda parte do estudo, mediante uma análise teórica à luz de princípios que orientariam uma educação emancipatória, observa-se que a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos. Discutem-se as vulnerabilidades decorrentes da manutenção de uma cultura competitiva e consumista, principalmente, os impactos negativos na qualidade de vida, tais como pressão psicológica contínua nas pessoas, desperdício e degradação ambiental.

**Palavras-chave** desenvolvimento socioeconômico brasileiro; mercado de consumo de massa; cultura competitiva e consumista.

**Abstract** *The Brazilian Government has identified the expansion of the mass consumption as one of the pillars of its development strategy for the period 2004-2011. As result, we found higher rates of economic growth, dynamic labor market and reduction in poverty and extreme poverty rates and income inequality. However, in the second part of the study, through a theoretical analysis in the light of principles that would guide emancipatory education, it is observed that the development strategy still requires improvements. It discusses the vulnerabilities arising from maintaining a competitive and consumerist culture, mainly negative impacts on quality of life, such as continuous psychological pressure on people, waste and environmental degradation.*

**Keywords** *Brazilian social and economic development; mass consumption market, competitive and consumerist culture.*

## Apresentação

Indicadores clássicos do desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, a renda *per capita*, o Coeficiente de Gini e outros indicadores sociais revelam que o Brasil ainda se encontra distante do patamar de desenvolvimento em que se situam os países ditos avançados. Visando alterar esse quadro, em seus Planos Plurianuais relativos aos períodos 2004-2007 e 2008-2011, o Governo Brasileiro identificou a expansão do mercado de consumo de massa como uma das fontes de dinamismo de sua estratégia de desenvolvimento. Objetivando tal expansão, o setor público federal estimulou a ampliação do crédito, elevou as transferências “progressivas” de renda associadas à política social concomitantemente a um processo de valorização do salário mínimo, e priorizou, a partir de 2007, os investimentos públicos em infraestrutura.

Tendo isso em vista, o primeiro objetivo deste trabalho é analisar a implementação da estratégia de desenvolvimento baseada na expansão do mercado de consumo de massa. Como será observado, tal estratégia tem mostrado resultados positivos, haja vista que importantes indicadores socioeconômicos apresentaram melhorias substanciais no período analisado, tais como maiores taxas de

crescimento econômico, aquecimento do mercado de trabalho, redução das taxas de pobreza e da desigualdade de renda.

Entretanto, não obstante esses importantes resultados alcançados no cenário socioeconômico, que devem ser realçados em face da enorme dívida social acumulada pelo País, do ponto de vista cultural a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos. Referimo-nos à cultura da competitividade e do consumismo, que impede a melhoria da qualidade de vida. Assim, o segundo objetivo deste artigo é analisar essa estratégia de desenvolvimento à luz de uma educação emancipatória, ou seja, uma educação crítica e de resistência à sociedade vigente, que descortina a ocorrência das mazelas sociais decorrentes da competitividade e do consumismo – como a pressão psicológica contínua sobre as pessoas, o desperdício social e a degradação ambiental –, ocultadas pela ideologia dominante e pela educação cooptada pelo capital.

## **Metodologia**

Este estudo se baseou em análise documental e em revisão bibliográfica. Primeiramente, extraiu-se das Mensagens Presidenciais referentes aos Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2011 a estratégia de desenvolvimento planejada pelo Governo Brasileiro, que teve como um de seus pilares a expansão do mercado de consumo de massa.

Os dados referentes às políticas públicas que dinamizaram o mercado de consumo de massa e os resultados a elas atribuídos também foram sistematizados e avaliados, estabelecendo como variáveis independentes a expansão do crédito, o incremento das transferências “progressivas” de renda em conjunto com os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura. Como variáveis dependentes, foram considerados o consumo das famílias, o Produto Interno Bruto (PIB), o salário médio real, a taxa de desocupação, a geração de empregos e os índices de pobreza e de desigualdade de renda.

As principais fontes de dados consultadas foram: as Contas Nacionais e a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Ipeadata, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); séries históricas do Banco Central do Brasil (Bacen); a publicação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda; o Boletim Estatístico da Previdência Social; informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras fontes citadas ao longo do artigo.

Para a análise da estratégia de desenvolvimento à luz de uma educação emancipatória, foram utilizadas contribuições teóricas dos seguintes autores: Bauman (2001), Santos (2011), Mészáros (2004), Adorno (2010), Bourdieu e Passeron (2008), Baudrillard (1995) e Enriquez (2006). A partir dessas contribuições, foi possível desvendar problemas estruturais do sistema capitalista, relacionados à

cultura competitiva e consumista, que impedem a melhoria da qualidade de vida, os quais são encoberidos pela ideologia funcional ao capital.

## Desenvolvimento

O Brasil dessa primeira década do século XXI é um país de desenvolvimento médio, caso sejam considerados os seguintes indicadores. Primeiro, de um total de 187 países, ele ocupou a 84ª posição no *ranking* de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2011). Segundo, com base ainda em dados do PNUD (2011), ocupou a 77ª posição no quesito renda *per capita*<sup>2</sup>. Cabe lembrar que, *coeteris paribus*<sup>3</sup>, a magnitude da renda *per capita* é fator importante para determinar o montante de recursos disponíveis para financiar, por exemplo, despesas públicas com saúde e educação, essenciais ao desenvolvimento. Nesse sentido, além dos dois supracitados indicadores, pode-se dizer também que o País não figura entre o conjunto de nações que exibem os mais elevados indicadores sociais. Tendo isso em vista, e considerando ainda a sua extrema desigualdade social, chega-se a um quadro no qual pequena parcela da população desfruta, em termos materiais, de alto padrão de vida, enquanto que grande parte ainda não tem a “liberdade” de usufruir bens e serviços básicos em quantidade ou qualidade satisfatória, indicando que ainda há muito a se evoluir para ser caracterizado como uma nação desenvolvida.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das “liberdades” que as pessoas desfrutam. Assim, para efeito da primeira parte do artigo, entende-se por desenvolvimento o processo de expansão da liberdade de usufruir bens e serviços essenciais a uma boa qualidade de vida. A passagem abaixo, embora não exaustiva, elenca algumas categorias importantes relacionadas ao desenvolvimento<sup>4</sup>:

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado

2 A comparação entre os países ocorreu com base no conceito de Rendimento Nacional Bruto *per capita* (PPC USD 2005 constante), adotada pelo PNUD em 2011.

3 Expressão amiúde utilizada em textos de economia, pode ser traduzida por “tudo o mais constante” ou “mantidas inalteradas as demais variáveis”.

4 Não considera várias categorias relacionadas ao desenvolvimento, como as questões das liberdades políticas, do meio-ambiente, previdenciária, da dependência com relação a outros países, do desenvolvimento tecnológico, dentre outras. Contudo, as categorias mencionadas nessa citação, para efeito desta primeira parte do artigo, já são suficientes para caracterizar um processo de desenvolvimento.

de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN, 2000, 18).

## A Estratégia de Desenvolvimento do Governo Brasileiro (2004-2011)

Em face da necessidade de se elevar o patamar de desenvolvimento nacional, em especial no que tange à qualidade de vida dos estratos mais pobres, o Governo Brasileiro identificou na expansão do mercado de consumo de massa um dos pilares de sua estratégia de desenvolvimento. Isto pode ser observado em passagens das Mensagens Presidenciais dos Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2011, do Governo Brasileiro, conforme transcritas a seguir:

O PPA 2004-2007 tem por objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, **dinamizado pelo mercado de consumo de massa**, por investimentos, e por elevação da produtividade; (...) (Brasil, 2003, p. 15). **(grifo nosso)**.

Como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento, o PPA 2008-2011 prioriza:

- a) as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda;
- b) a elevação da qualidade da educação;
- c) o aumento da produtividade e da competitividade;
- d) a expansão do mercado de consumo de massa (grifo nosso);**

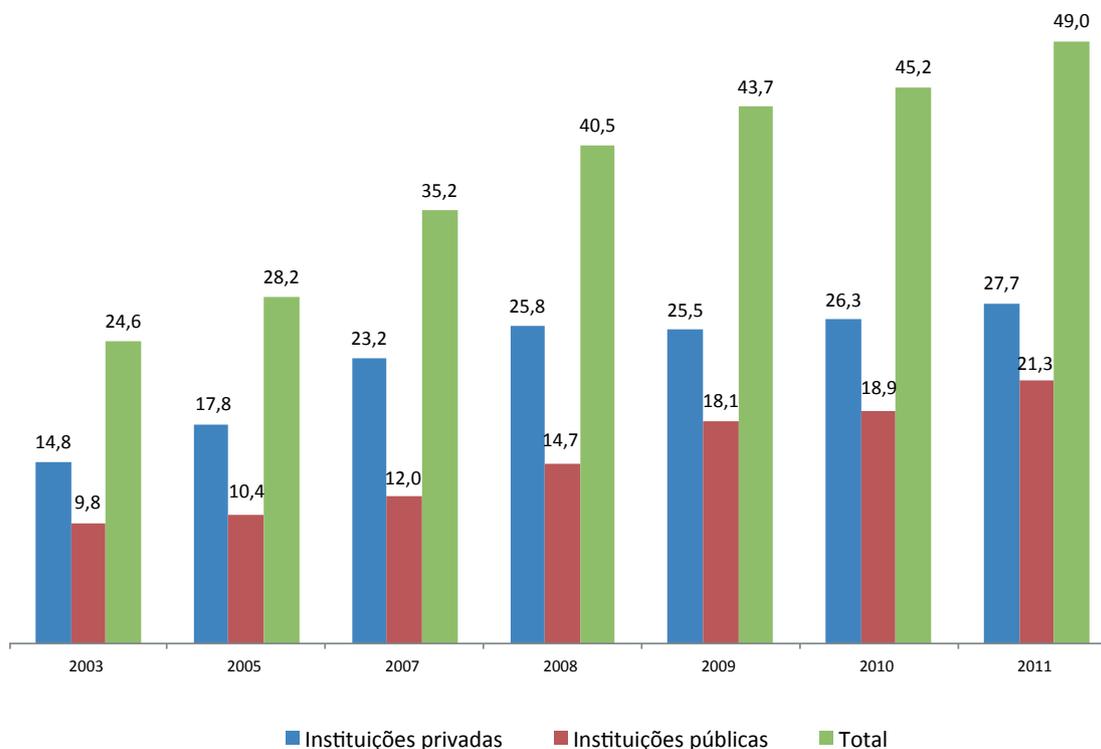
(...) (Brasil, 2007, p. 11)

Com a finalidade de expandir o mercado de consumo de massa, o Governo Brasileiro priorizou três instrumentos: i) a política de expansão do crédito; ii) as transferências “progressivas” de renda em conjunto com a política de valorização do salário mínimo; e iii) os investimentos públicos em infraestrutura. Tais instrumentos foram fundamentais para o alcance de importantes resultados socioeconômicos no período 2004-2011, como será observado a seguir.

Pela perspectiva da expansão creditícia, observa-se que o crédito total na economia praticamente dobrou entre 2003 e 2011 em termos percentuais do PIB, passando de 24,6% do PIB em dezembro de 2003 para 49,0% em dezembro de 2011, como pode ser visto no Gráfico 1, com destaque para a expansão das operações de crédito do sistema financeiro público. Nesse período, enquanto as operações de crédito das instituições financeiras privadas - tanto nacionais quanto estrangeiras -, em percentual do PIB, aumentaram 87,0%, as do sistema financeiro público subiram 117,4%, sendo

que a importância dos bancos públicos foi ainda maior em períodos de crise, como 2008, 2009 e 2011, constituindo-se em um componente importante da política anticíclica do Governo Brasileiro.

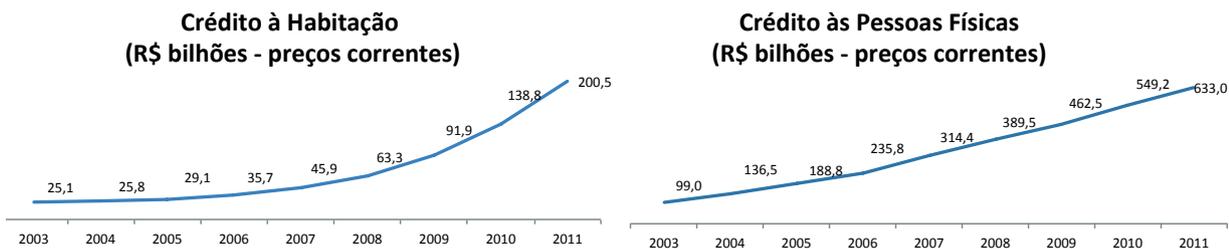
**Gráfico 1 - Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional (%) do PIB**



Fonte: Bacen (Séries Temporais – Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional). Elaboração própria.

Quando se segmenta as operações de crédito por atividade econômica, os grandes destaques foram as expansões do crédito à habitação e às pessoas físicas, sendo que este último segmento impacta diretamente o consumo das famílias ao elevar o seu poder de compra. Os Gráficos 2 e 3 apresentam a expansão ao longo do tempo desses dois tipos de operação de crédito.

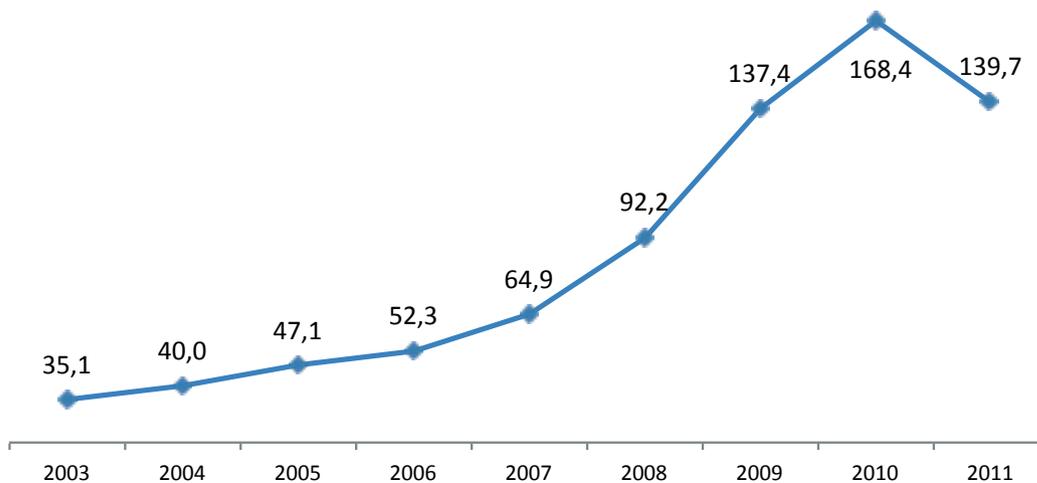
**Gráficos 2 e 3**



Fonte: Bacen (Séries Temporais – Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional). Elaboração própria.

Ainda quanto à política creditícia, cabe destacar a acentuada elevação das operações de crédito realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2003 e 2011, como pode ser visto no Gráfico 4. Nos últimos anos, esta elevação foi propiciada por vultosos aportes do Tesouro Nacional nesse Banco. As operações do BNDES são direcionadas, majoritariamente, a dois setores, indústria e infraestrutura, sendo, desse modo, um importante instrumento para impulsionar o agregado macroeconômico “investimento”.

**Gráfico 4 - Desembolsos Totais do BNDES (R\$ bilhões - preços correntes)**



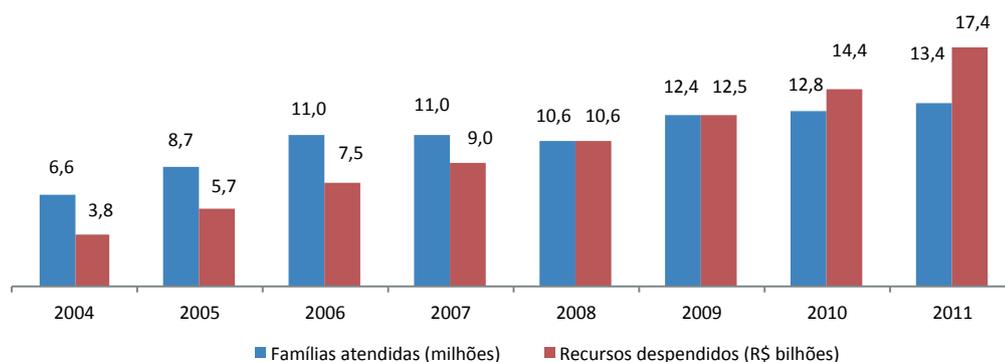
Fonte: BNDES. Elaboração própria.

Outro fator crucial para a dinamização do mercado de consumo de massa foi a elevação das despesas com as transferências “progressivas” de renda implementadas pelo Governo Brasileiro, acompanhada da política de valorização do salário mínimo. As transferências “progressivas” de renda são ações integrantes da política social, que destinam recursos aos estratos mais pobres da população. Neste artigo, serão considerados nessa categoria: i) o Programa Bolsa Família; ii) os Benefícios Assistenciais (em especial, os Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social

– BPC/LOAS); e iii) o piso previdenciário pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no valor de um salário mínimo.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem como objetivo precípuo o alívio imediato da pobreza, contribuindo para a satisfação das necessidades humanas mais elementares, como alimentação e vestuário, favorecendo a formação de uma base para a mobilidade social dos mais pobres. Pode-se dizer que se tornou um programa emblemático do Governo Brasileiro, sendo constantemente expandido entre 2004 e 2011, mais do que dobrando o número de famílias atendidas e mais do que quadruplicando os recursos despendidos em termos nominais, como pode ser visto no Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Programa bolsa família – famílias atendidas (em milhões) e recursos despendidos (R\$ bilhões - preços correntes)**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/SAGI/painelPEI/index.php>. Acesso em 24 de julho de 2012.

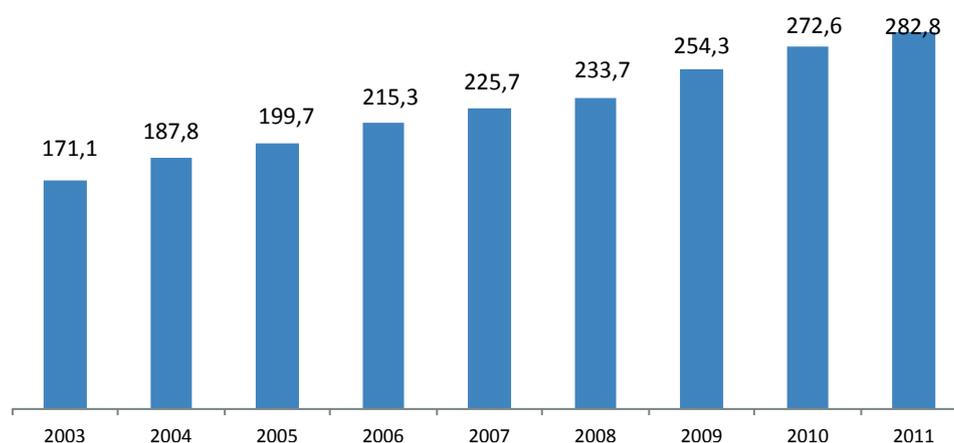
Elaboração própria.

Por sua vez, o BPC/LOAS, equivalente a um salário mínimo, destina-se aos idosos com mais de 65 anos e às pessoas com deficiência, desde que, em ambas as situações, não tenham meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida pelas famílias. Em termos objetivos, a renda mensal familiar *per capita* não pode superar  $\frac{1}{4}$  do valor do salário mínimo. Do mesmo modo que o Bolsa Família, o BPC/LOAS também vem sendo sobremaneira expandido, seja em número de benefícios emitidos, mais do que duplicando no período, subindo de 1,7 milhão para 3,6 milhões entre 2003 e 2011, seja em termos das cifras despendidas, que foram elevadas de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 22,8 bilhões nesse mesmo período<sup>5</sup>.

5 Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)). Acesso em 25/07/12.

Da mesma maneira que o BPC/LOAS<sup>6</sup>, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS também operacionaliza os benefícios do RGPS e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)<sup>7</sup>. Uma vez somados esses três benefícios, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2012 b), passa-se de um total de 21,9 milhões de benefícios emitidos em dezembro de 2003 para 29,1 milhões em dezembro de 2011, representando um incremento de aproximadamente 33% no período, o que demonstra a expressiva expansão das coberturas previdenciária e assistencial. De acordo com o mencionado Boletim, cerca de 67% desses benefícios operacionalizados pelo INSS equivalem a um salário mínimo, sendo a ele indexados, constituindo o piso previdenciário. Assim, tanto em função da elevação do número de benefícios emitidos – previdenciários e assistenciais – quanto dos aumentos reais no valor do salário mínimo, constatou-se acentuada elevação das despesas do INSS, como apresentado no Gráfico 6.

**Gráfico 6 – Benefícios Emitidos pelo INSS\* – 2003 a 2011 (em R\$ bilhões - preços constantes\*\*)**



\* Considera os benefícios previdenciários e assistenciais (BPC/LOAS e RMV).

\*\*Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC mensal, a preços de abril de 2012.

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social. Elaboração própria.

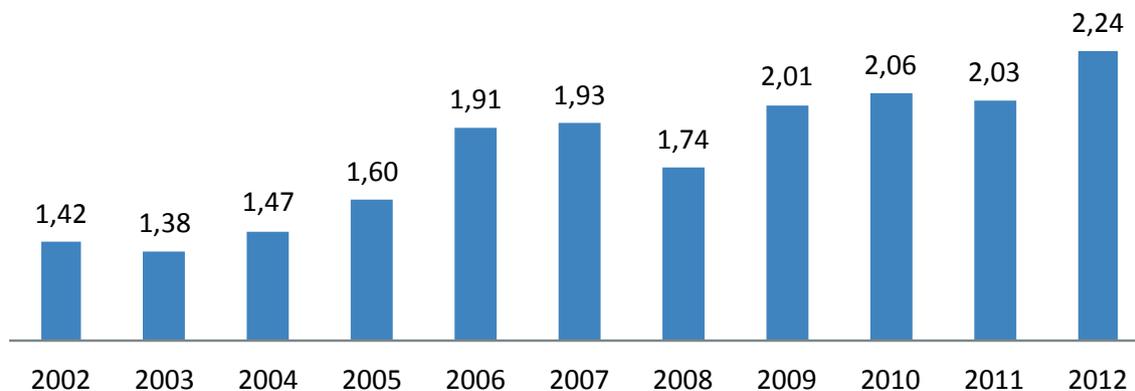
A política de valorização do salário mínimo foi outro instrumento vigoroso para dinamizar o mercado de consumo de massa. Tal política prevê que seu valor deverá ser reajustado pela variação do INPC no ano anterior e do PIB de dois anos atrás. Embora instituída apenas em 2007, segundo o DIEESE (2011), entre abril de 2002 e janeiro de 2012, o aumento real do salário mínimo foi de 65,9%. O DIEESE também estimou que cerca de 48 milhões de pessoas tivesse rendimentos nele referenciados, incluindo os cerca de 19 milhões de benefícios emitidos pelo INSS (previdenciários e assistenciais)

6 O BPC/ LOAS é administrado pelo MDS, que repassa os recursos para a operacionalização pelo INSS.

7 A RMV é um benefício assistencial operacionalizado pelo INSS, semelhante ao BPC/LOAS, e que foi substituído por este. É um benefício em “extinção”, só sendo pago àqueles que já faziam jus anteriormente à criação do BPC/LOAS. A RMV respondeu, em meados de 2012, por cerca de 6% do total de benefícios assistenciais operacionalizados pelo INSS.

que são indexados ao salário mínimo. Em outras palavras, a elevação do salário mínimo impacta diretamente no valor dessas transferências “progressivas” de renda e nos rendimentos de um gigantesco número de trabalhadores. O Gráfico 7 expressa a evolução de sua valorização real em termos de poder de compra de cestas básicas.

**Gráfico 7 – Cestas básicas que podem ser adquiridas com um Salário Mínimo na cidade de São Paulo**

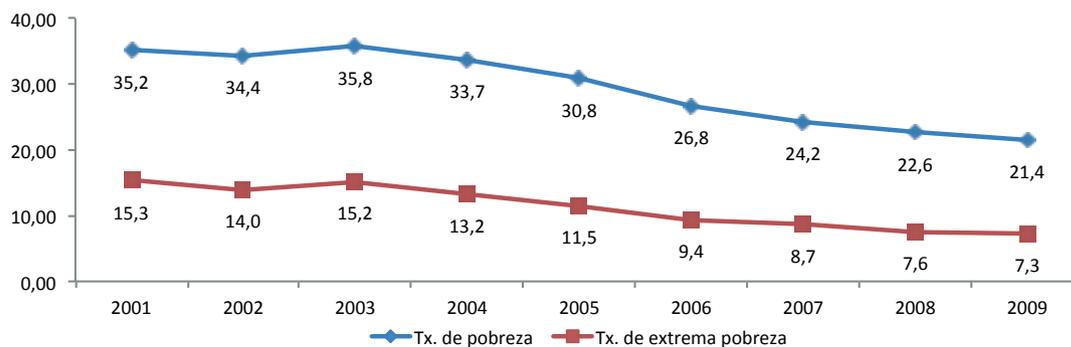


Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

Assim, haja vista a expansão do número de beneficiários dessas políticas de transferência de renda, bem como a elevação do valor dos benefícios, especialmente em decorrência da valorização real do salário mínimo, e considerando ainda que essas políticas são destinadas aos estratos mais pobres, o que lhes confere o qualificativo de “progressivas”, um primeiro resultado a que se chega é a sua contribuição direta para a melhoria de importantes indicadores sociais, a saber, a redução das taxas de pobreza e extrema pobreza e da desigualdade de renda<sup>8</sup>, medida pelo Coeficiente de Gini e pela taxa de crescimento mais acentuada da renda dos mais pobres em comparação com a dos mais ricos.

8 Tal afirmação é corroborada por estudos do IPEA. Sobre este ponto, sugerimos consulta ao Comunicado do IPEA nº 59, intitulado “Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados”, de 2010. Consta nas referências bibliográficas ao final deste artigo.

**Gráfico 8 – Evolução das taxas de pobreza\* e extrema pobreza (2001-2009\*\*)**

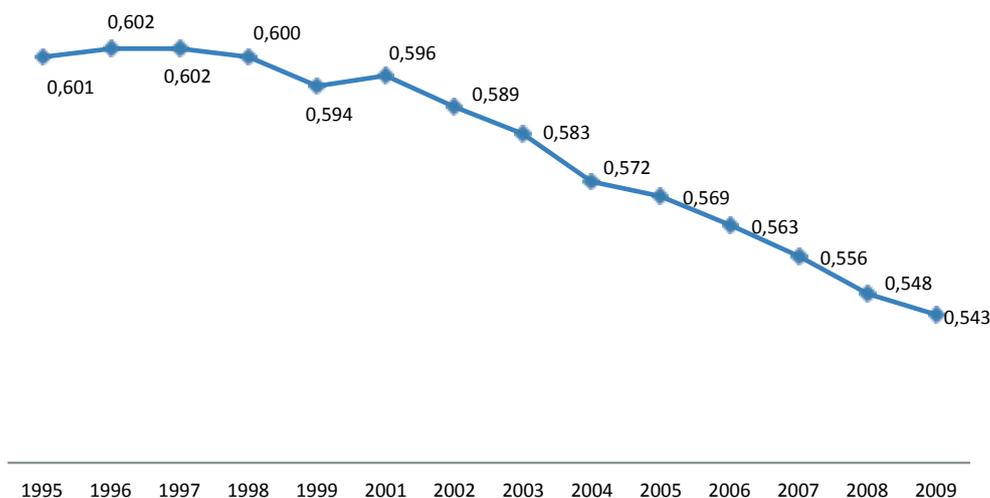


\* A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

\*\* A série foi até 2009, ano da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD mais atualizada.

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

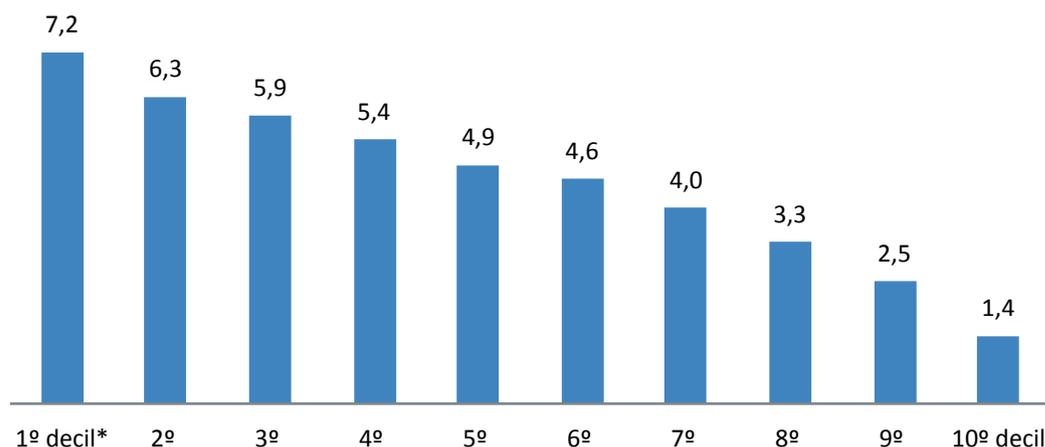
**Gráfico 9 - Evolução do Coeficiente de Gini (1995-2009\*)**



\* A série foi até 2009, ano da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD mais atualizada.

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

**Gráfico 10 - Taxa de Crescimento Anual Médio da Renda Domiciliar per Capita - 2009 (%)**

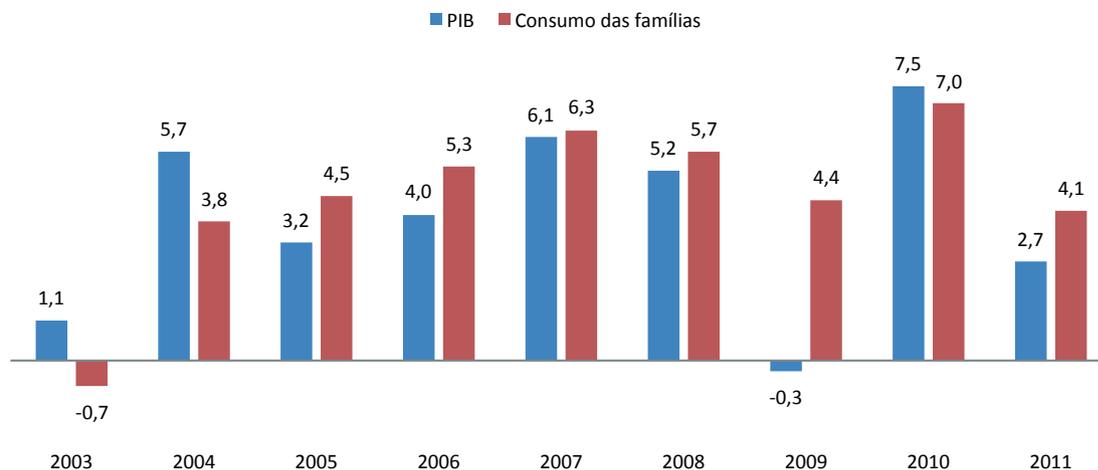


\* O 1º decil corresponde aos 10% mais pobres do País, e assim sucessivamente até chegar ao 10º decil, os 10% mais ricos.

Fonte: números obtidos de Brasil (2012 a), que se baseou em dados do IBGE (estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2009). Elaboração própria.

Esse processo de redistribuição de renda em favor dos mais pobres – resultante da elevação das transferências progressivas de renda, da valorização real do salário mínimo e do aquecimento do mercado de trabalho, como será visto a seguir – teve como consequência o aumento amplificado do PIB, haja vista que as classes de menor poder aquisitivo possuem maior propensão marginal a consumir, o que eleva o efeito multiplicador da renda. Em outras palavras, a distribuição de renda impulsionou o crescimento econômico. Como pode ser observado no Gráfico 11, o agregado Consumo das Famílias exerceu papel importante como motor do crescimento econômico, crescendo a taxas superiores ao PIB na maior parte do período considerado no estudo.

**Gráfico 11 – Evolução do PIB e do Consumo das famílias (variação %)**



Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração própria.

Acompanhando esse processo de dinamismo econômico, com importantes reflexos positivos também na dimensão social, pode-se dizer que o mercado de trabalho apresentou ótimo desempenho no período considerado, indicado pela queda da taxa de desocupação nas principais regiões metropolitanas, pela elevação da criação de empregos formais “celetistas” e pelo aumento do rendimento médio real habitual da população ocupada, este último, também influenciado diretamente pelo comportamento de valorização do salário mínimo.

**Tabela 1 – Indicadores da situação do mercado de trabalho (2003-2011)  
(rendimento médio real a preços de maio / 2012)**

Ano	Taxa de Desocupação*	Criações de empresa formais celetistar (mil)**	Rendimento Médio Real da População Ocupada (R\$)*
2003	10,9	645,4	1.325,5
2004	9,6	1.523,3	1.319,7
2005	8,4	1.254,0	1.398,7
2006	8,4	1.228,7	1.457,4
2007	7,5	1.617,4	1.490,1
2008	6,8	1.452,2	1.543,8
2009	6,8	995,1	1.555,2
2010	5,3	2.136,9	1.647,3
2011	4,7	1.566,0	1.689,8

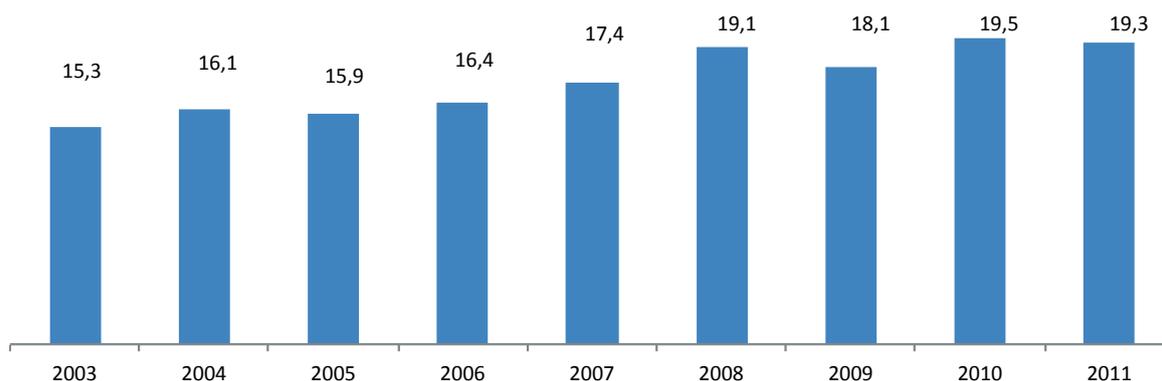
\* Posição dezembro. Refere-se às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

\*\* Saldo: admissões menos demissões.

Fonte: IBGE / Pesquisa Mensal de Emprego; CAGED / Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Própria.

Além de estimular o consumo das famílias, o Governo Brasileiro também interveio sobre os “investimentos” com o intuito de promover maior dinamismo ao mercado de consumo de massa. Tal ação governamental foi intensificada a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010<sup>9</sup>. A partir deste Programa, os investimentos públicos em infraestrutura foram priorizados. Objetivou-se estimular os investimentos privados a partir da provisão pública de melhor infraestrutura econômica, em especial nas áreas de logística e energia, tendo como premissa que os investimentos públicos e privados são complementares, e não substitutos. Todavia, em que pese o impulso ao setor de infraestrutura, a elevação dos investimentos como um todo, embora tenha ocorrido, não se deu na intensidade desejada, haja vista que até 2011 a taxa de investimentos não ultrapassou a barreira dos vinte por cento do PIB, provavelmente em razão do ambiente de incerteza decorrente da crise financeira internacional vivenciada após 2008, que desencorajou os investidores a imobilizar seus capitais.

9 A partir de 2011 o PAC entrou em sua segunda etapa, PAC 2 (2011-2014).

**Gráfico 12 - Taxa de Investimento ( FBCF\*/PIB)**

\* Formação Bruta de Capital Fixo.

Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração própria.

À guisa de síntese dessa análise do processo de expansão do mercado de consumo de massa, constatou-se que no período analisado ocorreram evoluções expressivas nas dimensões: i) econômica, com o PIB crescendo anualmente a taxas mais elevadas que em anos anteriores<sup>10</sup>, com reflexos positivos no mercado de trabalho; e b) social, quando observada pela ótica da redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de renda. Em suma, por essas perspectivas, pode-se dizer que a estratégia de desenvolvimento com base na expansão do mercado de consumo de massa foi bem sucedida. Mas isso é suficiente para uma boa qualidade de vida? A próxima seção argumentará que não.

## A Estratégia de Desenvolvimento à luz de uma Educação Emancipatória

Não obstante os avanços nos citados indicadores socioeconômicos, pela perspectiva cultural, a estratégia de desenvolvimento adotada ainda carece de qualificação. Não se trata de uma problemática exclusiva do modelo de desenvolvimento brasileiro, mas das sociedades contemporâneas em geral, dizendo respeito à cultura da competitividade e do consumismo, que impede a melhoria da qualidade de vida da humanidade, objetivo principal do desenvolvimento. E tal problemática só pode ser desvendada a partir de uma educação de caráter emancipatório, ou seja, uma educação crítica e de resistência à sociedade vigente, uma vez que a educação cooptada pelo capital propaga o “conformismo”, “educando” no sentido da adequação à realidade existente.

Nesse sentido, como afirmou Mészáros (2004, p.5) em “A Educação para Além do Capital”, é preciso ter em mente que:

<sup>10</sup> Segundo Brasil (2012a), a variação real do PIB se deu a uma média anual de 1,7% entre 1998-2002; 3,5% entre 2003-2006; e 4,6% entre 2007-2010, lembrando que o PIB cresceu 2,7% em 2011.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade...

Nessa mesma linha, Bourdieu e Passeron (2008, p. 62) apontaram que:

Numa formação social determinada, o TP (trabalho pedagógico) pelo qual se realiza a AP (ação pedagógica) dominante tem sempre uma função de manter a ordem, isto é, de reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou das classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura.

Dessas passagens, infere-se que a educação desenvolvida no âmbito do sistema capitalista serve aos interesses do próprio sistema capitalista. Não são por outros motivos que: i) a educação prepara a força-de-trabalho necessária ao capital; e ii) a ciência e a tecnologia, geralmente, são “capturadas” pelos interesses capitalistas na busca desenfreada pela sobrevivência nesta sociedade competitiva. Daí a importância do caráter crítico da educação emancipatória, capaz de desnudar os defeitos estruturais da etapa vigente do capitalismo. Estas questões estão relacionadas à asserção de Adorno (2010, p. 11), de que:

...quanto mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente. É a situação do “sonho de uma humanidade que torna o mundo humano, sonho que o próprio mundo sufoca com obstinação na humanidade”. O desenvolvimento da sociedade a partir da Ilustração, em que cabe importante papel à educação e formação cultural, conduziu inexoravelmente à barbárie.

Em seu capítulo “Educação contra a Barbárie”, Adorno (2010) relaciona a competitividade à barbárie, argumentando que o princípio da competição é contrário à educação humanizada, defendendo que é preciso desacostumar as pessoas de se “darem cotoveladas”, as quais constituem sem dúvida uma expressão da barbárie. E a extrema competitividade entre países, empresas e pessoas é a tônica da sociedade atual, fazendo-nos crer, seguindo este raciocínio de Adorno, que estão sendo criadas condições que concorrem para a barbárie.

No caso da competitividade entre trabalhadores neste ambiente de instabilidade no emprego, característico da atual etapa do capitalismo, o que se sobressai é a “insegurança”. Tendo em vista este cenário de insegurança, de acordo com Lisle (*apud* Baudrillard, 1995, p. 35):

A pressão psicológica e social da mobilidade, do estatuto, da concorrência a todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura etc.) torna-se cada vez mais pesada para todos. Necessita-se de mais tempo para se recriar e reciclar, para recuperar e compensar o desgaste psicológico

e nervoso causado por múltiplos danos: trajeto domicílio-trabalho, superpopulação, agressões e *stress* contínuos. (...) Parte não negligenciável da população é incapaz de aguentar o ritmo. São os “rejeitados”. E os que prosseguem na corrida e chegam ao modo de vida proposto como modelo conseguem-no, mas só ao preço de um esforço que os deixa diminuídos.

Para aqueles que prosseguem na corrida para alcançar o modelo de vida louvado pela atual sociedade – identificada por Enriquez (2006) como a “civilização do *dopping*”, pelo fato de os indivíduos, sempre submetidos a situações de prova e em estado de estresse, terem de tomar estimulantes ou tranquilizantes para ter bom desempenho, mostrar sua “excelência” –, todo esse esforço torna-se mais extenuante na medida em que os seres humanos não estão conseguindo atingir a satisfação. Nunca estamos satisfeitos, vivemos no mundo do “pós”! Segundo Bauman (2001, p. 37):

Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo “adiamento da satisfação”, como sugeriu Max Weber, mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes.

Ao lado da competitividade, que fomenta essa corrida sem fim, o consumismo é outro apêndice da atual sociedade, levando insígnies pensadores – como Baudrillard – a denominarem-na de “Sociedade de Consumo”. Vê-se logo que tal tipo de sociedade tem como contrapartida a ênfase na produção de objetos, leia-se, ênfase no crescimento do produto bruto, seja no conceito interno ou nacional. E muitas vezes pouco importa os “efeitos colaterais”, ou disfunções, de determinado processo produtivo, sejam eles ambientais (lixo, poluição etc), humanitários (armas) etc. Frequentemente, a própria correção das disfunções torna-se motor do crescimento econômico. A situação apresentada por Baudrillard (1995, P. 37), tomando um exemplo de seu país, é elucidativa:

A baixa da luminosidade da atmosfera em 30%, em Paris, durante cinquenta anos, é residual e inexistente aos olhos dos contabilistas. Mas, se ela originar maior despesa de energia elétrica, de lâmpadas, de óculos etc., então já existe e manifesta-se logo como aumento de produção e de riqueza social! Todo o ataque restritivo ou seletivo ao princípio sagrado da produção e do crescimento provocaria o horror do sacrilégio.

Baudrillard (1995) ainda nos lembra que a atual ordem de produção sobrevive ao preço do extermínio ou do perpétuo suicídio dos objetos (descartáveis, bens com curta vida útil, renovação acelerada dos produtos), baseado seja na própria “sabotagem” tecnológica aplicada nesses bens, seja na moda, tendo a publicidade o único fim não de acrescentar, mas de retirar valor de uso dos objetos, reduzir o seu valor no tempo, relacionando diretamente o valor a moda. Segundo este autor, tudo isso constitui a solução desesperada, mas vital, de um sistema econômico e político em perigo de naufrá-

gio; a Sociedade de Consumo precisa de seus objetos para existir e sente, sobretudo, a necessidade de destruí-los.

Em outras palavras, o que interessa é a reprodução ampliada do capital, sua valorização. É nesse ambiente de competitividade, tendo como base a ciência e a tecnologia, que se acelera a produção “racional” de necessidades – novos objetos –, produzindo-se ilimitadamente o consumismo, ou a sensação de escassez quando os objetos não podem ser adquiridos. Segundo Santos (2011, p.131):

O nosso tempo consagra a multiplicação das fontes de escassez, seja pelo número avassalador dos objetos presentes no mercado, seja pelo chamado incessante ao consumo. A cada dia, nessa época de globalização, apresenta-se um objeto novo, que nos é mostrado para provocar o apetite.

Como alegou Baudrillard (1995), a efetivação do consumo é a sequência lógica do processo produtivo. É na etapa do consumo que os homens se tornam imprescindíveis! É necessário vender o produto! Assim, todo um conjunto de informações, *a priori e a posteriori* ao processo produtivo, como sondagens, pesquisas de mercado e publicidade são utilizados para a capturação, condicionamento e controle da procura. Busca-se retirar o poder de decisão do consumidor e passá-lo para as empresas, onde poderá ser manipulado. E a indústria cultural, ao disseminar um sistema de valores, induz que, inconsciente e automaticamente, os consumidores adiram a esses valores e comunhem com o estilo de vida de determinada sociedade, perdendo, desse modo, sua liberdade de escolha. Sobre esse ponto, de acordo com Mancebo (2002, p. 290):

Os teóricos de Frankfurt, assim como alguns autores atuais alinhados com o pensamento frankfurtiano, enfatizam o caráter de doutrinação político-ideológica da indústria cultural, falam, sobretudo, de seu serviço em favor do *status quo* e de uma economia baseada no consumo. Desta forma, ao mesmo tempo em que desvaloriza os produtos culturais através da homogeneização e da produção com fins meramente lucrativos, seria responsável pela despontualização da capacidade crítica dos indivíduos, educando-os apenas para a conservação e o consumo.

Por fim, para ressaltar a importância de uma educação emancipatória para qualificar o desenvolvimento brasileiro, recorre-se mais uma vez a Santos (2011, p. 49), pois, como lembra este autor:

consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

## Resultados alcançados

Este artigo mostrou que os instrumentos utilizados pelo Governo Brasileiro para expandir o mercado de consumo de massa, quais sejam, a expansão do crédito, a elevação das transferências “progressivas” de renda conjugada com o processo de valorização do salário mínimo, e a priorização da provisão pública de infraestrutura econômica, juntos, tiveram como resultado progressos importantes nas dimensões econômica e social.

Na dimensão econômica, podem-se destacar, no período considerado, maiores taxas de crescimento do PIB, aumento do consumo, queda na taxa de desocupação, intensa criação de empregos formais e aumento do salário médio real. Do mesmo modo, na dimensão social também ocorreram conquistas expressivas e auspiciosas, como queda das taxas de pobreza e extrema pobreza e na desigualdade de renda.

Assim, por essas perspectivas, pode-se dizer que a estratégia de desenvolvimento com base na expansão do mercado de consumo de massa prevista nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 foi exitosa. Todavia, ao se fazer uma análise crítica desse processo, inspirada numa educação de cunho emancipatório, que desnuda mazelas que não são objeto de análise da educação cooptada pelo sistema capitalista, de caráter “conformista”, constata-se que do ponto de vista cultural, no que toca especificamente à cultura da competitividade e do consumismo, a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos.

Como visto em Adorno (2010), a competitividade pode levar à barbárie. Por exemplo, a cultura da competitividade entre países pode levar a guerras. Entre empresas, frequentemente conduz à sobre-exploração do trabalhador. Já entre os trabalhadores, alguns dos resultados são a pressão psicológica contínua, o *stress* e a “civilização do *dopping*.” Por sua vez, a cultura consumista, fomentada pela indústria cultural, leva ao desperdício social, à degradação ambiental, à sensação de escassez e, como atentou Santos (2011), ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa.

Diante de todo o exposto, constata-se que o desenvolvimento é um fenômeno complexo. Grandes conquistas em determinadas dimensões podem significar vultosos prejuízos em outras, cujo exemplo mais óbvio são situações de crescimento econômico com insustentabilidade ambiental, situação característica da Sociedade de Consumo. Nesse sentido, o desafio que fica para trabalhos posteriores é buscar indicadores que expressem, em números, os “efeitos colaterais”, ou disfunções, do processo de desenvolvimento baseado no mercado de consumo de massa, permitindo dimensionar suas conquistas *vis-à-vis* seus malefícios, propiciando informações para o aperfeiçoamento da estratégia de desenvolvimento, iluminando as melhores decisões.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: [www.bc.gov.br/?SERIETEMP](http://www.bc.gov.br/?SERIETEMP). Acesso em 07/07/2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70. 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. A Estratégia de Desenvolvimento e o Consumo de Massa. **Desafios do Desenvolvimento nº 3**. Brasília. IPEA. Outubro de 2004.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes. 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Brasília: 14ª Edição: Fevereiro 2012 (a).
- \_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. Volume 17, nº 4. Abril 2012 (b).
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mensagem Presidencial. Plano Plurianual 2004-2007**. Brasília, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mensagem Presidencial. Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília, 2007.
- COUTINHO, A. P. Brasil: Temos Modelo de Desenvolvimento? **Revista de Conjuntura. Conselho Regional de Economia do Distrito Federal**, nº 46, julho/setembro de 2011.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Política de Valorização do Salário Mínimo. **Nota Técnica nº106**. São Paulo. Dez.2011.
- DOS SANTOS, T. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, vol.60, maio.1970.
- ENRIQUEZ, E. O Homem do Século XXI: Sujeito Autônomo ou Indivíduo Descartável. **RAE-eletrônica (FGV-EAESP)**. Volume 5. nº 1, art. 10, janeiro/junho. 2006.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego**. Maio de 2012.
- \_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais**. Alguns números.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados. **Comunicados da Presidência nº 59**, Brasília, 2010.

MANCIBO, D. Globalização, Cultura e Subjetividade: Discussão a partir dos Meios de Comunicação de Massa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Volume 18. nº 3 Setembro / Dezembro de 2002

MARTINUSSEN, J. **Society, State & Market: a guide to competing theories of development**. Londres:Zed Books,1997.

MÉSZÁROS, I. A Educação para Além do Capital. **Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação**, Porto Alegre, 28 de julho de 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. Disponível em:[hdr.undp.org](http://hdr.undp.org). Acesso em 07/07/2012.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.